



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Do processo de inclusão ao indivíduo incluído sob a perspectiva fonoaudiológica

Léslie Piccolotto Ferreira

Como citar: FERREIRA, L. P. Do processo de inclusão ao indivíduo incluído sob a perspectiva fonoaudiológica. Léslie Piccolotto Ferreira. *In*: ROIO, M. D. **A Universidade entre o conhecimento e o trabalho: o dilema das ciências**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. p303-308. DOI: <http://.doi.org/10.36311/2005.85-86738-27-1.p303-308>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

DO PROCESSO DE INCLUSÃO AO INDIVÍDUO INCLUÍDO SOB A PERSPECTIVA FONOAUDIOLÓGICA

Léslie Piccolotto FERREIRA¹

A proposta deste artigo é fazer uma retrospectiva histórica da Fonoaudiologia, procurando detalhar as questões relacionadas à produção científica, acreditando que estas possam, ao ser melhor explicitadas, servir de diretrizes para que o fonoaudiólogo consiga planejar suas ações futuras.

Dentre os trabalhos que tiveram como objetivo levantar a história da Fonoaudiologia, recuperando seus primórdios, em São Paulo, os de NETO (1988) e BERBERIAN (1993) certamente são os mais citados.

Considerando o marco inicial a década de 20, várias ações foram implementadas a serviço de uma política de União, denominadas Movimento Nacionalista. A necessidade de se determinar uma língua padrão, considerando a diversidade de línguas e dialetos que naquele momento estavam sendo usados entre as pessoas, era a garantia de se conseguir uma identificação da nação brasileira. No I Congresso da Língua Nacional Cantada, realizado em 1937, a pesquisa *Vícios e defeitos na fala das crianças* determinou que os tais “vícios/defeitos” seriam trabalhados por um professor especializado, em classes denominadas ortofônicas. A busca pela estética nesse momento certamente interferiu nas relações sociais entre as pessoas envolvidas. Em 1947, a criação do Laboratório de Fonética e Acústica da USP teve como objetivo investigar a fala e a audição das crianças dos parques infantis. As guerras mundiais, por outro lado, também determinaram um novo olhar para os indivíduos, sendo o conceito de saúde ampliado. Neste momento, novas profissões foram sendo criadas para dar suporte a esse novo conceito de saúde, que além das questões relacionadas aos aspectos orgânicos, começava a considerar também as chamados psico-sociais.

Na década de 50, “fonoaudiólogas” estrangeiras chegaram ao Brasil, por motivos diversos, e iniciaram uma atuação em diferentes locais, particularmente na Santa Casa e na Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), caracterizando essa prática como curativa, num caráter paramédico, pois os serviços eram vistos como apêndices médicos, predominantemente otorrinolaringológicos e relacionados à reabilitação de casos neurológicos.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduação em Fonoaudiologia, Faculdade de Fonoaudiologia.

Na década de 60, mais precisamente em 1961, surge o primeiro Curso de Fonoaudiologia, na Universidade de São Paulo, diretamente relacionado à Clínica de Otorrinolaringologia. Apesar do plano do referido Curso ter sido organizado com foco em prevenção, clínica e audiologia, os trabalhos com a atenção secundária e terciária sempre foram mais enfatizados. No ano seguinte, em 1962, surge o curso da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, diretamente ligado à Clínica Psicológica, fato que deu a esse curso, e todos os outros que seguiram essa mesma diretriz, a possibilidade de formar profissionais preocupados com as questões dos distúrbios da comunicação sob o prisma das ciências humanas.

A atuação dos formados nessa época era predominantemente clínico-terapêutica, pautada num atendimento individual, realizado quase que exclusivamente em clínicas particulares.

Ao final da década de 60, surge a primeira obra escrita por fonoaudiólogo (CANONGIA, 1969), numa iniciativa particular e independente, uma vez que, naquela época, o número reduzido de profissionais e conseqüentemente o número reduzido de possíveis leitores-pagantes, desestimulava as editoras.

A década de 70 foi marcada pela batalha em busca da legalização. Vários fonoaudiólogos, no período, se reuniram para conseguir a regulamentação dos cursos e o estabelecimento de um currículo mínimo, adequando dessa forma as diversidades encontradas nos cursos daquela época (por exemplo, os cursos do Rio de Janeiro tinham uma carga horária para a formação do profissional em psicomotricidade).

Nesse momento, o referencial teórico-lingüístico que permeava o entendimento das questões da linguagem passa do estruturalismo para a visão proposta por Chomsky (a Gramática Gerativista), sem perceber num primeiro momento que tal perspectiva vai de encontro ao trabalho fonoaudiológico, ao considerar a linguagem como sendo inata... Tentativas de construção de "árvores" cujas "raízes" apresentavam as estruturas profundas e delineamento de "podas", que explicavam estruturas superficiais, sem dúvida fizeram muitos fonoaudiólogos quebrar a cabeça em busca de entendimento das questões relacionadas aos problemas de linguagem.

Nessa década, surge, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1972, o primeiro Programa de Pós-Graduação na área, denominado inicialmente como de Audiologia. Algum tempo depois (1979), outro programa na mesma instituição é criado para atender de forma mais direta às questões dos Distúrbios da Comunicação. Ambos os Programas são fundidos em 1984, sob o nome

do segundo, reunindo dessa forma os profissionais interessados nas questões do diagnóstico e da terapia dos Distúrbios da Comunicação.

A década de 80 pode ser denominada como a da batalha em busca da titulação. Em 1981, mais precisamente em 9 de dezembro, foi assinada a regulamentação da profissão (Lei 6968/81) e, certamente, esse foi um marco importante para oficialmente nos posicionarmos junto a outras profissões. Nesse momento, o fonoaudiólogo procura outras maneiras e locais de atuação: a relação com a escola, junto às crianças e professores, na indústria, com os trabalhadores, fez com que esse profissional iniciasse uma saída do trabalho exclusivo clínico-terapêutico, em busca de atuação de promoção de uma saúde fonoaudiológica.

Em 1982, surge o Programa de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana na Escola Paulista de Medicina (EPM), favorecendo os profissionais na questão da titulação enquanto doutores.

Nesse tempo, o trabalho com a linguagem começa a ser pautado pelas teorias cognitivista (Piaget) e interacionista (De Lemos), embora se perceba a dificuldade de transpor aquilo que é descrito na teoria para a nossa prática.

A década de 90 pode ser identificada como aquela em que se travou a batalha pelo real reconhecimento, pois muitos foram os profissionais que se titularam e que publicaram, fazendo com que a nossa profissão fosse mais conhecida e reconhecida não apenas entre outros profissionais, mas entre a população também.

A Dialética e a Análise do Discurso começam a fazer parte do vocabulário do fonoaudiólogo, embora ainda muito mais nas pesquisas do que na sua atuação.

Por essa ocasião, outra forma de atuação – assessoria – começa a ser difundida: empresas, indústrias, rádio, televisão, teatro, percebem que o fonoaudiólogo pode ser um bom parceiro para trabalhar a comunicação no contexto profissional.

Instrumentais mais objetivos (como, por exemplo, os laboratórios de voz, a eletromiografia, a videofluoroscopia...) são incorporados à clínica, e, para surpresa do fonoaudiólogo, que acreditava ser possível a substituição do “olhar/ouvido” clínico por esses exames, há a valorização da avaliação clínica fonoaudiológica, buscando rever a terminologia utilizada pelos profissionais, numa tentativa de se chegar a um consenso dentro das áreas.

Em 1996, o Conselho Federal de Fonoaudiologia cria quatro áreas de especialização, determinando cursos com carga horária mínima de 500 horas, incluindo disciplinas de metodologia, ética e, mais

recentemente bio-segurança, e apresentação de monografia. As áreas criadas, fruto do que existia na época dos cursos que eram oferecidos, se, por um lado deram a possibilidade para o fonoaudiólogo seguir sua formação, por outro, ainda hoje não dão subsídios para a efetiva atuação, que ainda se mostra generalista. Interessante notar que os números abaixo apontam que a área da linguagem, apesar de considerada o objeto da Fonoaudiologia, apresenta menor número de profissionais envolvidos com os estudos e pesquisas. As áreas são: motricidade oral (que, em levantamento último, registrou 525 profissionais), voz (316 profissionais), audição (295 profissionais) e linguagem (180 profissionais)

Outras modalidades de formação após a graduação começam a surgir (aprimoramento e aperfeiçoamento), facilitando a complementação profissional.

Os estudos e pesquisas na área tiveram maior impulso com a criação de outros Programas de Pós-Graduação, que foram surgindo em diferentes cidades (São Paulo, Santa Maria, Curitiba, Bauru), propiciando a formação de Mestres e Doutores na área.

Programas direcionados a Lingüística, Psicologia, Educação, entre outros, começaram também a receber, sem restrição, profissionais que pretendiam melhorar sua formação em outras áreas, favorecendo um aumento no número de titulados em nosso país.

Pode-se observar que, embora haja um menor número de profissionais atuando exclusivamente na área de Audiologia, quando os profissionais fazem opção por dar continuidade aos seus estudos, ingressando em Programas de Pós-Graduação, são em maior número, se comparados aos que atuam em terapia dos distúrbios da comunicação, contribuindo para que haja, proporcionalmente, mais pesquisas nessa área.

Podemos discutir melhor esses dados tomando como ponto de partida a pesquisa de Teixeira (1992) que, ao analisar 174 dissertações e teses desenvolvidas entre 1978 a 1992, nos Programas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Escola Paulista de Medicina, relaciona o maior número de pesquisas em Audiologia ao fato de os primeiros coordenadores e orientadores dos programas pesquisados serem médicos, e também pela maior facilidade na coleta e análise dos dados (caráter mais quantitativo, geralmente com o aval estatístico). Ferreira e Russo (1998) chegam a dados semelhantes, ao levantarem 91 teses defendidas por fonoaudiólogos brasileiros, das quais 37 eram da área de audiologia e 25 da área de linguagem.

Eventos científicos são organizados em nosso país, em número cada vez maior, conduzindo o fonoaudiólogo a trocar informações com diferentes profissionais.

Os congressos anuais organizados pela Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, em diversas cidades do país, têm tentado se constituir em lugar privilegiado para a troca de informações entre os profissionais. Nos últimos anos, temos observado também uma maior representatividade brasileira em congressos internacionais, fato que pode ser exemplificado com o número aproximado de 60 trabalhos apresentados no 25 th. World Congress of the International Association of Logopedics and Phoniatics (MONTREAL, 2001), constituindo-se na terceira delegação representada no evento.

Parte de toda essa produção científica tem sido publicada em sete revistas científicas específicas em Fonoaudiologia (*Revista de Atualização Científica Pró-Fono, Revista Distúrbios da Comunicação - PUC-SP, Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, Revista Fonoaudiologia Brasil do Conselho Federal de Fonoaudiologia, Fono Atual, Jornal Brasileiro de Reabilitação e Revista do CEFAC*), que pela sua periodicidade propiciam atualização constante dos profissionais. Há também a possibilidade de publicação de artigos em periódicos de outras áreas, que cada vez menos fazem restrição à publicação de nossos trabalhos, sem contar os livros que vêm sendo lançados a cada mês.

Ao início deste século, num rápido balanço de dados, podemos ilustrar a situação de nossa profissão, contrapondo com alguns desafios:

- √ São 70 cursos de Fonoaudiologia espalhados pelo Brasil, formando profissionais para atuar em parceria, principalmente com outros profissionais da área médica, psicológica e educacional; há uma preocupação geral quanto à formação dos profissionais que têm saído desses cursos, pela pouca assistência dada aos que organizam os mesmos, havendo muitas vezes maior expectativa quanto ao faturamento, do que empenho em formar bons profissionais;
- √ Somos 20 mil profissionais atuando em diferentes cidades do Brasil, em maior concentração nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, buscando, de forma geral, trabalhar com todos aqueles que, em função de distúrbios da comunicação, sentem-se excluídos da sociedade. Esse número pode impressionar num primeiro momento, porém, se considerarmos o número de habitantes em nosso país (aproximadamente 170 milhões), concluímos que o número de fonoaudiólogos certamente é ainda muito pequeno para dar conta da demanda da população; lembramos ainda que esta população precisa receber esse atendimento, não em consultórios particulares, uma vez que as condições econômico-financeiras de nosso país afastam-na cada vez mais desse tipo de atendimento, mas em Programas desenvolvidos por órgãos públicos, que, ao nos contratarem, poderão realmente constatar a nossa importante atuação; na verdade, precisamos direcionar ainda mais o nosso foco

de atuação para a promoção da saúde, buscando parcerias mais efetivas, tanto em nível de pesquisa quanto de atuação;

- √ Precisamos fortalecer nossos órgãos representativos (conselho, sociedade, sindicato, associação...), entendendo o objetivo e a proposta de trabalho de cada um deles;
- √ Necessitamos investir mais em pesquisas que tragam respostas para o nosso fazer, buscando procedimentos metodológicos, com rigor científico, para responder às questões mais centradas no sujeito, do que dos distúrbios que este apresenta; há dificuldade para isso, considerando que muitas vezes importamos teorias de outras áreas, numa reprodução quase imediata, sem perceber as seqüelas advindas pela falta de resignificação.

Concluindo, acreditamos que a Fonoaudiologia, no Brasil, teve um crescimento muito grande nesses vinte anos de reconhecimento da profissão, porém o caminho que temos pela frente ainda é árduo, com desafios constantes que nos conduzem a procurar uma maior integração entre os profissionais de nosso país (aspecto dificultado pela extensão do nosso território nacional e diferentes necessidades e desigualdades regionais) e entre profissionais de outros países, propiciando, num intercâmbio científico-cultural que respeite as diferenças, um entendimento mais aprofundado sobre os distúrbios da comunicação e a melhor intervenção sobre eles.

REFERÊNCIAS

- CANONGIA, M. B. *Vocabulário ilustrado para terapeutas*. Rio de Janeiro, 1969. p. 46.
- FERREIRA, L. P.; RUSSO, I. C.P. O perfil das teses de doutorado defendidas por fonoaudiólogos brasileiros. *Revista de Atualização Pró-Fono* 10, v. 64, p. 70, 1998.
- NETO, L. H. F. *O início da prática fonoaudiológica na cidade de São Paulo: seus determinantes históricos e sociais*. 1988. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SILVA, A. P. B. V. da. *Linguagem e cultura: a construção da norma culta no Brasil, 1920-1940*. São Paulo. 1999. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TEIXEIRA, D. de O. *A trajetória da pesquisa acadêmica em distúrbios da comunicação: tendências temáticas 1978-1992*. 1993. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.